



# GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### Monitor da Governança Pan-Amazônica Dezembro de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em dezembro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

### Sumário

|                 |                    |
|-----------------|--------------------|
| Bolívia .....   | <a href="#">2</a>  |
| Brasil .....    | <a href="#">5</a>  |
| Colômbia .....  | <a href="#">6</a>  |
| Equador .....   | <a href="#">8</a>  |
| Guiana .....    | <a href="#">11</a> |
| Peru.....       | <a href="#">12</a> |
| Suriname .....  | <a href="#">15</a> |
| Venezuela ..... | <a href="#">15</a> |
| OTCA .....      | <a href="#">16</a> |

## **Bolívia**

**Por Marília Closs e Débora Bedim**

Em 5 e 6 de dezembro, a Bolívia participou de uma reunião do Mercosul como membro-pleno pela primeira vez, marcando a entrada de mais um país amazônico no bloco, para além do Brasil e da Venezuela (atualmente suspensa). O presidente Luis Arce foi ao Uruguai participar do encontro. Na ocasião, aproveitou para realizar uma conversa estratégica com Lula, presidente brasileiro, sobre cooperação econômica, industrialização, comercialização de gás, energia elétrica, produção de ureia, entre outros temas [8]. Por sua vez, no dia 11, David Choquehuanca, vice-presidente boliviano, reuniu-se com Sonia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas do Brasil. No encontro, as autoridades reforçaram o compromisso de fortalecer a defesa dos povos indígenas e manifestaram interesse em organizar uma Cúpula Mundial dos Povos Indígenas. Além disso, as autoridades também destacaram a necessidade de consolidar o mecanismo de participação dos povos indígenas nos marcos da Organização do Tratado e Cooperação Amazônica (OTCA) antes da COP30 e da realização de um Encontro dos Povos Indígenas Iberoamericanos em 2026 [7].

Cooperações com o Peru, segundo maior país amazônico depois do Brasil, também foram feitas pela Bolívia em dezembro. No dia 5, foi realizado um encontro de vice-chanceleres da Bolívia e do Peru, em La Paz, para reforçar o trabalho da agenda bilateral dos dois países. O diálogo envolveu temas técnicos como o Porto de Ilo, questões ligadas à fronteira, migração e à gestão nacional do lago Titicaca, bacias transfronteiriças, o combate ao tráfico de drogas e temas infraestruturais do Corredor Ferroviário Bioceânico de Integração [9].

No dia 18 de dezembro, a Bolívia inaugurou uma Oficina de Indução para pontos focais na OTCA (*Taller de Inducción para Puntos Focales ante la OTCA*). A oficina, que teve a duração de alguns dias, teve como objetivo fortalecer as capacidades institucionais de diferentes ministérios bolivianos frente à OTCA e às suas agendas. Os pontos focais, que participaram da oficina, são representantes de diversos ministérios bolivianos. Entre os temas discutidos, estavam a gestão integrada de recursos hídricos, a conservação da biodiversidade, a adaptação climática e a proteção aos povos indígenas. A oficina buscou estabelecer caminhos para uma melhor e mais eficiente coordenação interinstitucional para a implementação dos projetos da OTCA no país. Para tanto, o encontro teve como objetivo a elaboração de um plano de trabalho [11].

Poucos dias depois, no dia 21 de dezembro, o Ministério de Relações Exteriores da Bolívia assinou a ata de doação de cinco Plataformas de Coleta de Dados entre o Serviço Nacional de Meteorologia e Hidrologia e a Secretaria Permanente da OTCA. A doação faz parte do projeto Amazonas: Acción Regional en el Área de Recursos Hídricos – Fase II, implementado pela OTCA em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA). As cinco estações foram instaladas nos departamentos de Pando, Beni e Santa Cruz. Os equipamentos irão fornecer informações hidrológicas em tempo real [12].

Ainda no plano multilateral, a Bolívia apresentou, na Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, uma opinião consultiva sobre as obrigações estatais frente à mudança do clima. A fala do representante boliviano foi focada nas crises estruturais que levam à mudança do clima, como a crise do capitalismo, e nas obrigações financeiras e políticas do Norte frente ao Sul [10].

Apesar das ações de política externa do Executivo, a deputada María René Álvarez, do partido Creemos, anunciou que está dando início a uma campanha internacional contra os governos do Movimento ao Socialismo (MAS), partido do atual presidente, Luis Arce, e do ex-presidente Evo Morales, acusando-os de ecocídio em função, sobretudo, da degradação ambiental sofrida na Amazônia [4]. Poucos dias depois, Javier Palummo, relator de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), realizou uma visita à Bolívia com o objetivo de avaliar os efeitos dos incêndios florestais no país [5]. Os trabalhos do relator foram iniciados com a realização do *Diálogo Abierto sobre Prevención de Incendios Florestales* no dia 9 de dezembro, realizado na chancelaria, em La Paz, que contou com a participação de diversos atores institucionais. Em seguida, as atividades do relator foram realizadas no departamento de Santa Cruz e contaram com a participação ativa de movimentos sociais [6].

Após um ano marcado por enormes impactos da crise climática e da degradação ambiental, uma série de mobilizações importantes por parte de movimentos sociais, povos indígenas e sociedade civil organizada também marcou a agenda política da Amazônia boliviana em dezembro. A Central dos Povos Indígenas de La Paz denunciou que o governo Arce pretende desmobilizar a reserva florestal de Iturralde, na região amazônica do departamento de La Paz, para permitir o ingresso de novos assentamentos e atividades produtoras de desmatamento. De acordo com a denúncia, a desmobilização da reserva florestal é uma solicitação do *Ministerio de Desarrollo Rural y Tierras* ao *Ministerio de*

*Medio Ambiente y Agua*. A justificativa do órgão para a medida foi a geração de um polo econômico de desenvolvimento agrícola na região [1].

Ainda sobre áreas protegidas, organizações populares e povos indígenas seguiram criticando o avanço da indústria petroleira sobre Tariquía, denúncia que já vem sendo realizada há anos [2]. Além disso, ao longo do mês, também foram realizadas denúncias de grande impacto, lideradas pela plataforma Mongabay, sobre desvio ilegal de diesel para ser usado como combustível para a mineração ilegal de ouro na Amazônia boliviana [3].

### Referências

- [1] Disponível em: <https://www.noticiasfides.com/cuidado-de-la-casa-comun/denuncian-que-el-gobierno-quiere-desmovilizar-la-reserva-forestal-iturrealde-para-nuevos-asentamientos-y-deforestacion>
- [2] Disponível em: <https://ipsnoticias.net/2024/12/pueblos-indigenas-de-bolivia-tejen-su-resistencia-ante-busqueda-frenetica-de-hidrocarburos/>
- [3] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2024/12/millonario-desvio-del-diesel-a-mineria-del-oro-en-amazonia-boliviana/>
- [4] Disponível em: <https://fmbolivia.com.bo/02/12/2024/diputada-maria-rene-alvarez-lanza-campana-internacional-contra-el-mas-por-ecocidio-en-bolivia/>
- [5] Disponível em: <https://lapatria.bo/2024/12/09/relator-de-la-cidh-visita-bolivia-para-evaluar-impacto-de-los-incendios-forestales/>
- [6] Disponível em: [https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/12/09/19558/?fbclid=IwY2xjawH2jj9leHRuA2FlbQIxMAABHY-9dAWXE200sqNzbza9KcCBK2ogrhBr5wy-xyM1RrQjJ3oNC1P383dcQw\\_aem\\_Qy1PhY\\_d-cNc4VbNIVCe1g](https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/12/09/19558/?fbclid=IwY2xjawH2jj9leHRuA2FlbQIxMAABHY-9dAWXE200sqNzbza9KcCBK2ogrhBr5wy-xyM1RrQjJ3oNC1P383dcQw_aem_Qy1PhY_d-cNc4VbNIVCe1g)
- [7] Disponível em: <https://ahoraelpueblo.bo/index.php/nacional/sociedad/bolivia-y-brasil-refuerzan-su-compromiso-y-alianza-para-proteger-a-los-pueblos-indigenas-y-la-amazonia>
- [8] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/12/lula-discute-projetos-de-integracao-com-a-bolivia-em-bilateral-com-luis-arce>
- [9] Disponível em: [https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/12/05/19462/?fbclid=IwY2xjawH2jtNleHRuA2FlbQIxMAABHSweZ65-RIPuFlTRron5LPQaSzRqHScx8bDyxF51lVrj4N1w6eWvxfDxSQ\\_aem\\_xzKYma2Fh5XHpWmlX616eQ](https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/12/05/19462/?fbclid=IwY2xjawH2jtNleHRuA2FlbQIxMAABHSweZ65-RIPuFlTRron5LPQaSzRqHScx8bDyxF51lVrj4N1w6eWvxfDxSQ_aem_xzKYma2Fh5XHpWmlX616eQ)
- [10] Disponível em: [https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/12/04/19436/?fbclid=IwY2xjawH2jwNleHRuA2FlbQIxMAABHXtcDuuyxFvPCSCcfVCYNA-E75zA9AF\\_1RxzrLHPmp6\\_vRlTBGlq2H49NQ\\_aem\\_WE1iZOrgGxXSLuWCTae3ZQ](https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/12/04/19436/?fbclid=IwY2xjawH2jwNleHRuA2FlbQIxMAABHXtcDuuyxFvPCSCcfVCYNA-E75zA9AF_1RxzrLHPmp6_vRlTBGlq2H49NQ_aem_WE1iZOrgGxXSLuWCTae3ZQ)
- [11] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/12/18/19712/>
- [12] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/12/20/19729/>

## **Brasil**

**Por Diogo Ives e Guilherme Fritz**

O final do ano de 2024 foi marcado pela divulgação de dados negativos sobre os impactos das mudanças climáticas na Amazônia brasileira, que evidenciaram a necessidade de incrementar esforços políticos para enfrentá-las. Em dezembro, a Agência Nacional de Águas (ANA) decretou estado de escassez hídrica, pela primeira vez em 100 anos de medição, em cinco afluentes do rio Amazonas simultaneamente: os rios Madeira, Purus, Tapajós e Xingu [1]. Por sua vez, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) informou que, no período de um ano, detectou 140.328 focos de incêndio (causados por ação humana e agravados pela seca histórica), o que significou um aumento de 42% em relação a 2023 e o maior número desde 2007 [2].

O MapBiomas acrescentou que a área queimada por incêndios no Brasil cresceu 90% entre janeiro e novembro de 2024, em relação ao mesmo período do ano passado, sendo que 57% dos 30 milhões de hectares queimados estavam na Amazônia [3]. Finalmente, segundo o observatório europeu Copernicus, as emissões totais associadas a incêndios na Amazônia Legal brasileira contabilizaram 176,6 MtCO<sub>2</sub> em 2024, o valor mais alto desde 2010 [4]. Estes dados salientam que os incêndios florestais se tornaram um tipo de desastre socionatural crescente na região, contrastando com a redução em cerca de 30% do desmatamento florestal registrado em 2024 pelo INPE, dado este que significou a menor quantidade de área desmatada em nove anos [2].

Balanços negativos também foram emitidos a respeito do combate à criminalidade na Amazônia Legal. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o número de cidades onde as organizações Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital passaram a atuar foi, respectivamente, de 130 (eram 58 em 2023) e 28 (mesmo número do ano passado). Esta presença esteve associada a um aumento de desmatamentos, disputas fundiárias, narcotráfico, garimpo ilegal, contrabando de madeira, pesca predatória e uma taxa de homicídio de 32,3 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes (41,5% maior do que a taxa nacional) [5]. No que se refere especificamente ao garimpo ilegal, o Greenpeace Brasil divulgou que a atividade ocupa quase 14 mil hectares em 15 áreas protegidas da Amazônia [6].

A despeito destes dados, a região não recebeu atenção significativa nas agendas políticas da presidência da República e do Ministério de Relações Exteriores em dezembro. No entanto, cabe registrar o anúncio do Ministério das Comunicações de que

iniciará, em janeiro de 2025, uma obra de R\$ 268 milhões para implantar 1,1 quilômetro de cabos de fibra ótica para levar internet de banda larga a 13 cidades da floresta amazônica, conectando 85 escolas públicas, 12 hospitais e sete centros de pesquisa. A obra será implantada por meio de uma plataforma fluvial sob as águas do rio Amazonas, desde Tefé (AM) até Atalaia do Norte (AM), passando por Tabatinga (AM), na fronteira com a Colômbia e o Peru [7].

## *Referências*

- [1] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/12/seca-recorde-impoe-estado-de-escassez-hidrica-inedito-no-brasil-com-5-bacias-em-pior-nivel.shtml>
- [2] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2025/01/01/amazonia-legal-bateu-recorde-de-incendios-em-17-anos.htm>
- [3] Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2024/12/16/area-queimada-no-brasil-ate-novembro-quase-dobra-em-relacao-a-2023-e-e-recorde-nos-ultimos-seis-anos/>
- [4] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/12/08/incendios-na-amazonia-e-pantanal-puxam-recorde-de-emissoes-de-carbono-em-2024/>
- [5] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/12/11/cv-domina-130-cidades-da-amazonia-legal-pcc-atua-em-28-diz-forum.htm>
- [6] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/12/16/garimpo-ilegal-ocupa-quase-14-mil-hectares-em-unidades-de-conservacao-na-amazonia/>
- [7] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2024/12/governo-inicia-obra-de-r-268-mi-para-levar-banda-larga-a-floresta-amazonica.shtml>

## **Colômbia**

**Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli**

Em dezembro de 2024, a Colômbia reforçou sua estratégia para o combate ao desmatamento. O tema não teve destaque nas agendas do Presidente da República e do Ministério de Relações Exteriores, mas cabe destacar ações promovidas pelo Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para o âmbito doméstico. Em entrevista no dia 16 de dezembro, a ministra Susana Muhamad afirmou que a principal responsabilidade colombiana é parar este tipo de atividade e restaurar o ecossistema do país [1]. O combate ao crime organizado, de acordo com a ministra, é parte importante da contenção do desmatamento, que também envolve a participação da população no estabelecimento de uma economia sustentável alternativa [1].

No dia 2 de dezembro, a ministra apresentou medidas para fortalecer a bioeconomia junto ao setor empresarial colombiano [2]. A Colômbia terá como meta para 2030 o crescimento da bioeconomia até que ela represente 3% do total do PIB nacional.

Atualmente, a bioeconomia colombiana representa 0,8% do PIB. Quatro propostas fazem parte da estratégia anunciada para alcançar a meta. A primeira, Empresa Âncora, reconhece empresas de destaque para a transformação produtiva colombiana. Na ocasião, a petroleira nacional Ecopetrol foi selecionada como primeira empresa âncora do país, como resultado de seu projeto EcoRuta, que formou mais de 3 mil famílias em sustentabilidade empresarial, economia circular, cálculo de pegada de carbono, entre outras estratégias para conservar a biodiversidade [2]. A segunda proposta é a Obra por Impostos, que permite que as empresas destinem até 50% de seus impostos para projetos de impacto territorial em zonas afetadas pelo conflito armado e em departamentos amazônicos [3]. A terceira, Colômbia Compra Eficiente, é um compromisso do governo em priorizar empresas âncoras e negócios verdes nas compras públicas. A última medida, Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), é um incentivo econômico que reconhece os serviços ambientais de proprietários ou ocupantes de terras em ações de preservação e restauração das áreas [4]. Na estratégia atual, a ministra colombiana quer ampliar o PSA de turismo [2].

No dia 17 de dezembro, Muhamad também anunciou que, em 2024, as autoridades colombianas desarticularam grandes estruturas criminais de mineração e desmatamento [4]. A Operação Amazônia, no Parque Nacional Natural de Chiribiquete, realizada em agosto de 2024, destruiu laboratórios e pontes das redes criminais, enfraquecendo o sistema operacional do crime organizado na região [5]. Em novembro de 2024, a Operação Binacional entre Rotas, desarticulou redes de extração ilegal de madeira na Amazônia e em outros ecossistemas colombianos [5]. A Polícia Nacional pretende intensificar o trabalho no combate ao desmatamento e mineração ilegal por meio da implementação de um indicador de Proteção Ambiental para acompanhar os resultados na área [5].

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2024-12-16/susana-muhamad-ministra-de-ambiente-no-pienso-dejar-el-gabinete-me-inclino-a-terminar-la-tarea-de-fondo.html>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-lanza-iniciativas-para-fortalecer-la-bioeconomia-de-la-mano-con-el-sector-empresaria/>
- [3] Disponível em: <https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Con-Obras-por-Impuestos-se-han-aprobado-3-billones-para-inversion-en-municipios-mas-afectados-241202.aspx>

- [4] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/negocios-verdes/programa-nacional-de-pagos-por-servicios-ambientales/>
- [5] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-desarticula-grandes-estructurales-criminales-de-mineria-ilegal-y-deforestacion/>

## **Equador**

### **Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello**

Ações políticas do Equador para sua região amazônica seguiram fortemente marcadas por cooperações internacionais. No dia 5 de dezembro, o governo do país ampliou em 88 mil hectares a área de proteção de bosques nativos na província de Sucumbíos através de um adendo ao convênio de conservação entre o *Proyecto Socio Bosque II* e o *Centro Cofán Zabalo* [1]. A área receberá um montante de US\$ 146 mil para a manutenção do desenvolvimento local e da conectividade ecológica em setores-chave, como a proteção dos recursos naturais e regulação do ciclo da água. Os recursos foram obtidos pelo Programa REM, iniciativa que impulsiona o conceito de pagamento por resultados, assistidos pelos governos da Alemanha e da Noruega e administrados pelo Fundo de Investimento Ambiental Sustentável (FIAS), que visa a redução da emissão de gases de efeito estufa.

No dia 9 de dezembro, foi anunciado que o Programa PROAmazonía, conduzido pelo Executivo Nacional em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), recebeu o prêmio internacional Príncipe Talal (US\$400mil), outorgado pelo Programa do Golfo Árabe para o Desenvolvimento (AGFUND) [3]. A cerimônia ocorreu durante a Convenção das Nações Unidas de Luta contra a Desertificação realizada em Riad, Arábia Saudita. Com o valor do prêmio, a Associação Indígena Shuar “Sevilla Don Bosco” participará de ações de fortalecimento comercial e revitalização do mercado comunitário NUNKUI, capacitações sobre práticas sustentáveis e gestão de resíduos, interculturalidade, gênero, conservação florestal, produção sustentável e restauração florestal.

No mesmo dia, a província de Morona Santiago foi contemplada, pelo Executivo nacional, com a ampliação do *Refugio de Vida Silvestre Machángara – Tomebamba y del Parque Nacional Río Negro – Sopladora* [2]. Almejando a melhoria das condições ecológicas da região, a ampliação do acesso à água e a geração de energia hidroelétrica no *Complejo Hidroeléctrico de Paute*, a decisão busca reverter a crise hídrica enfrentada pelo Equador no último ano. O anúncio contou com a participação de instituições

governamentais, autoridades locais, comunidades e organizações da sociedade civil equatorianas.

Em 17 de dezembro, o presidente equatoriano, Daniel Noboa, anunciou uma operação de conversão de dívida pela conservação de cursos de água doce e de território florestal na região amazônica. A negociação, feita junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), permitiu que o país renegociasse o valor de 1,53 bilhão de dólares, através da captação de um empréstimo com melhores condições, no valor de 1 bilhão de dólares. A operação permitirá que o país economize cerca de 800 milhões de dólares em pagamentos do serviço da dívida pelos próximos dez anos [7]. A medida permitirá que iniciativas de conservação e proteção de ecossistemas e biodiversidade na região amazônica, como o Biocorredor Amazônico, sejam financiados no país. Estima-se que os recursos serão utilizados para melhorar a gestão de 4,6 milhões de hectares de áreas protegidas existentes hoje no Equador, proteger outros 1,8 milhões de hectares de florestas e zonas úmidas e conservar 18 mil quilômetros de cursos fluviais.

É previsto que cerca de 460 milhões de dólares serão aplicados em projetos sustentáveis na região nos próximos anos, contando com apoio financeiro e técnico do BID, que forneceu uma garantia parcial de liquidez de 155 milhões de dólares. Além do BID, contribuíram com o projeto a ONG *The Nature Conservancy* e a Agência Financeira para o Desenvolvimento Internacional do governo dos EUA, que forneceu um seguro contra riscos políticos de 1 bilhão de dólares.

No dia 27 de dezembro, o Ministério do Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE), em conjunto com o Ministério de Energia e Minas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), apresentou o projeto planetGOLD Equador [8]. Com oficinas nas províncias de Zamora Chinchipe, Cotopaxi e Loja, o objetivo é conscientizar a população e as autoridades locais sobre a redução do uso do mercúrio na mineração artesanal e de pequena escala (MAPE) de modo a garantir uma produção mais eficiente e com menor impacto ambiental.

Todas estas iniciativas concorreram, no início de dezembro, com o ativismo de diversos movimentos sociais que iniciaram uma campanha contra a construção de um presídio de segurança máxima na região amazônica de Archidona, na província de Napo. O projeto pretende expandir uma carceragem pré-existente com capacidade para 300 presos, usada para acomodar condenados por crimes menores e atualmente superlotada. A população da vila de Archidona, com pouco mais de 8 mil habitantes, teme que o novo

presídio, com capacidade prevista para cerca de 800 a 1000 prisioneiros, coloque em risco a segurança da comunidade e impacte a economia local, dependente de atividades ligadas à agricultura e ao turismo ecológico [4].

Representantes de populações Kichwa, da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) e da Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazonia Equatoriana (COFENIAE) fizeram um cerco à sede do governo municipal de Archidona e ocuparam o prédio no dia 12 de dezembro, após quase duas semanas de protestos. Os indígenas apontam que os níveis de criminalidade e violência na região aumentaram na localidade desde a pandemia da COVID-19, principalmente pela intensificação de atividades de garimpo ilegal, e acreditam que a construção do complexo prisional só agravará a insegurança na região.

Os Kichwa reivindicam que a região seja convertida em um geoparque para a preservação do patrimônio cultural reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). No mesmo dia, a Assembleia Nacional aprovou uma resolução que insta o Presidente da República e a autoridade prisional do país a desistirem da iniciativa de construção do presídio em Archidona, com 95 dos 137 votos [5]. Após duas semanas de intensos protestos, o governo equatoriano anunciou, no dia 16 de dezembro, que buscará outra localidade para construir o sistema prisional [6].

## *Referências*

- [1] Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-proyecto-socio-bosque-ii-del-maate-y-el-centro-cofan-zabalo-protecten-mas-de-88-mil-nuevas-hectareas-de-bosque-nativo-de-sucumbios-para-mitigar-el-cambio-climatico/>
- [2] Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/con-la-ampliacion-a-107-mil-hectareas-bajo-conservacion-en-dos-areas-protegidas-el-maate-fortalece-el-desarrollo-sostenible-en-el-sur-de-ecuador/>
- [3] Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/ecuador-recibio-el-premio-principe-talal-por-su-trabajo-con-las-comunidades-amazonicas-y-la-conservacion-ambiental/>
- [4] Disponível em: <https://elpais.com/america/2024-12-16/furia-indigena-contra-los-planes-de-daniel-noboa-no-a-la-megacarcel-en-la-amazonia.html>
- [5] Disponível em: <https://www.telesurtv.net/congreso-de-ecuador-pide-al-presidente-desistir-de-la-construccion-de-una-carcel-en-la-amazonia/>
- [6] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/mundo/latinoamerica/ecuador-desiste-de-construir-megacarcel-de-maxima-seguridad-en-la-amazonia-3409663>
- [7] Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/gobierno-de-noboa-logra-historica-conversion-de-deuda-y-reduce-usd-800-millones-hasta-2035-para-conservar-la-amazonia/>

[8] Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-proyecto-planetgold-ecuador-impulsado-por-el-maate-desarrollo-tres-talleres-en-las-provincias-de-zamora-chinchipe-cotopaxi-y-loja/>

## Guiana

Por Guilherme Fritz

No dia 4 de dezembro, a embaixadora da China para a Guiana, Guo Haiyan, fez um pronunciamento no qual celebrou o crescimento de 31% nas relações comerciais entre os dois países. Os valores alcançaram cerca de US\$ 800 milhões no primeiro semestre de 2024 em comparação com o mesmo período do ano anterior. A embaixadora, que está na Guiana desde 2021, afirmou que a cooperação entre os países pode ser agrupada em três palavras-chave: confiança, determinação e paciência. Guo Haiyan retornou à China depois de cumprir três anos de serviço na Guiana [1][2].

O primeiro-ministro da Guiana, Mark Phillips, esteve presente na cerimônia. Em discurso, ressaltou o aniversário de 50 anos de laços diplomáticos entre os dois países, além de afirmar que a Guiana continuará sendo uma forte apoiadora do *One China Policy*<sup>1</sup>. Phillips também destacou a importância estratégica da iniciativa Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative*), cuja participação por parte da Guiana cria condições para maiores aproximações bilaterais. Projetos de infraestrutura como a construção da ponte Wismar-Mackenzie e o programa de energia solar *Guyana Utility-Scale Photovoltaic Programme* contam com participação chinesa e são exemplos da parceria estratégica entre os países. Por fim, Phillips também falou sobre a importância que a China possui para a transição verde da economia guianesa via transferência de tecnologia [1][2][3].

Dois eventos que envolvem disputas por fronteira na região amazônica também aconteceram no mês de dezembro, um em relação à Venezuela e outro ao Suriname. Sobre o primeiro, a Guiana protestou contra uma ponte construída por militares venezuelanos para ligar o território da Venezuela à ilha Ankoko. A ilha é dividida entre os dois países, segundo a arbitragem de 1899 e o acordo de fronteiras de 1905, de forma que as denúncias realizadas pela Guiana apontam para uma violação da linha divisora por parte da Venezuela [4]. Por sua vez, a segunda questão refere-se a uma nota de protesto emitida pelo governo do Suriname após uma declaração do presidente da Guiana, Irfaan Ali, sobre

---

<sup>1</sup> *One China Policy* refere-se à perspectiva chinesa sobre a existência de uma única China. Concretamente, o Estado chinês considera que Taiwan é uma parte da China e não um Estado autônomo, da mesma forma que Hong Kong, por mais que esta seja oficialmente uma região administrativa especial.

a construção de uma pista de pouso na região do Tigri, cuja legitimidade territorial não possui consenso entre os dois Estados [5].

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://www.stabroeknews.com/2024/12/05/news/guyana/trade-between-guyana-and-china-up-by-31/>.
- [2] Disponível em: [https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zwbd/202412/t20241218\\_11501352.html](https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zwbd/202412/t20241218_11501352.html).
- [3] Disponível em: <https://newsroom.gy/2024/12/05/china-guyana-trade-skyrockets-to-us800-million-at-half-year/>
- [4] Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/12/23/guyana-protests-as-venezuela-builds-bridge-on-ankoko-island/>.
- [5] Disponível em: <https://gov.sr/suriname-verwacht-spoedig-reactie-guyana-over-protestnota-tigrigebied-2/>

### **Peru**

**Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento**

O tema ambiental ocupou um espaço importante na agenda do poder Executivo peruano no mês de dezembro. No dia 3, houve a assinatura de um Memorando de Entendimento entre o Peru e a Finlândia para cooperação nas áreas de economia circular, bioeconomia, biodiversidade e combate às mudanças climáticas [1]. O objetivo do acordo que vem sendo elaborado é promover um modelo de desenvolvimento sustentável que minimize impactos ambientais de investimentos e valorize os recursos naturais e a biodiversidade; implementar medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas; e avançar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A cooperação terá duração de cinco anos e pretende alcançar as metas estabelecidas por meio do incentivo a educação, capacitação, intercâmbio de conhecimentos, desenvolvimento de redes internacionais e apoio a projetos multilaterais.

Além do memorando com a Finlândia, o governo peruano firmou acordos de conservação com comunidades amazônicas da Reserva Nacional Pacaya Samiria para proteger os ecossistemas locais [2]. A iniciativa destaca-se pelo financiamento de projetos sustentáveis e pela distribuição de equipamento. Foram entregues à comunidade cheques no valor total de S/ 400.000 por meio do programa *Emprendedores por Naturaleza* do *Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado* (Sernanp), além de

embarcações, motores e redes para associações de pescadores que possuem autorização de pesca.

No que tange às mudanças climáticas, o Peru fortaleceu parcerias com Alemanha, Noruega e Reino Unido por meio da Declaração Conjunta de Intenção (DCI), voltada para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) [3]. Durante uma reunião que ocorreu em 16 de dezembro, além de apresentar os principais progressos da DCI, o Ministro do Meio Ambiente, Juan Carlos Castro, reafirmou o compromisso do governo em reduzir emissões de GEE e promover desenvolvimento sustentável, especialmente na Amazônia. Para isso, comprometeu-se em realizar ações de combate a atividades ilegais por meio de postos de controle em áreas protegidas e ações voltadas para a redução das desigualdades sociais. Cabe destacar que, nessa reunião, a vice-ministra Raquel Soto enfatizou o papel da cooperação internacional na preservação da Amazônia peruana.

Como estratégia de financiamento para o desenvolvimento e proteção da Amazônia peruana, o Ministério do Meio Ambiente do Peru (Minam), em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), desenvolveu o Programa para Bionegócios, que entre 2023 e 2024 mobilizou S/ 18.933.330 [4]. O programa visa a promover negócios que integrem critérios ambientais, sociais e econômicos. Pretende, até 2027, mobilizar US\$ 20.000.000 em créditos e garantias, consolidando uma economia verde e resiliente na Amazônia peruana.

Outro avanço promissor do Minam foi o lançamento do “Guia para a Avaliação Econômica de Medidas de Adaptação e Mitigação ao Cambio Climático”, regulamentada pela Resolução Ministerial n.º 00436-2024-MINAM [5]. O objetivo dessa resolução é otimizar o investimento público e privado em iniciativas contra as mudanças climáticas. Como prioridade para receber financiamentos estão setores de alto impacto, como energia, transporte, agricultura e silvicultura. Com isso, busca-se alinhar projetos às Contribuições Determinadas Nacionalmente (NDCs) do Peru, que incluem reduzir 30% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2050, podendo chegar a 40% de redução com financiamento internacional. Paralelamente, o Minam também lançou um projeto de norma para a Estratégia de Financiamento Climático (EFC) [6]. Conforme a Resolução Ministerial n.º 00440-2024-MINAM, essa estratégia busca ampliar os recursos financeiros destinados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas como incentivo para mobilizar outras fontes públicas, privadas e internacionais. A sociedade pode participar desse processo enviando sugestões.

Por fim, o ministro Juan Carlos Castro fez um balanço do órgão ambiental em 2024, destacando os principais resultados do país voltados à sustentabilidade e à melhoria da qualidade de vida da população [7]. Entre os principais resultados, destacou a simplificação e aceleração da legislação ambiental; o investimento na gestão de resíduos sólidos; a conservação de ecossistemas; a implementação de políticas a longo prazo para o enfrentamento das mudanças climáticas e promoção da biodiversidade biológica; as iniciativas de inclusão e desenvolvimento sustentável; a regulamentação dos índices de nocividade de combustíveis para melhoria da qualidade do ar; e, a mobilização de recursos para a conservação e recuperação de ecossistemas.

Entretanto, cabe registrar que o impacto de políticas ambientais e a crescente influência de economias ilegais, como a mineração aurífera, foram um desafio para o país ao ampliarem problemas ambientais em 2024 [8]. A “lei antiflorestal” e mudanças em normas de segurança e fiscalização foram controversas no Peru, pois facilitaram o desmatamento e facilitaram atividades criminosas. Além disso, o número de incêndios florestais no país atingiu níveis alarmantes e afetaram diversas regiões. Como resultado negativo dessa política ambiental, chama-se atenção também para a morte de defensores ambientais e líderes indígenas, com suspeitas de envolvimento de mineradores ilegais e traficantes.

## *Referências*

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1068825-peru-y-finlandia-realizaran-acciones-conjuntas-frente-al-cambio-climatico>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1071621-gobierno-firma-acuerdos-de-conservacion-con-comunidades-amazonicas-de-la-reserva-nacional-pacaya-samiria-para-proteger-ecosistemas>
- [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1077041-peru-alemania-noruega-y-reino-unido-fortalecen-vinculos-de-cooperacion-frente-al-cambio-climatico>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1082160-minam-impulsa-la-movilizacion-de-recursos-financieros-para-enfrentar-el-cambio-climatico>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1080128-gobierno-busca-optimizar-la-inversion-publica-y-privada-en-iniciativas-frente-al-cambio-climatico>
- [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1079179-mas-de-s-18-900-000-moviliza-el-minam-para-apoyar-a-negocios-sostenibles-de-nuestra-amazonia>
- [7] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1083921-ministro-juan-carlos-castro-destaca-los-avances-y-logros-del-sector-ambiente-en-2024>

[8] Disponível em: <https://www.ecoticias.com/eco-america/peru-2024-desastre-medio-ambiente>

## **Suriname**

**Por Guilherme Fritz**

Não foram registradas ações políticas relevantes para a Pan-Amazônia no período.

## **Venezuela**

**Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun**

No mês de dezembro, a agenda política venezuelana relacionada à Amazônia se manteve ligada a denúncias da ONG SOS Orinoco sobre atividades de mineração ilegal na região. No dia 13 de dezembro, a ONG denunciou a presença de balsas e dragas de mineração no rio Cunucunuma, no território indígena de Ye'kwuana, no estado do Amazonas. O rio está localizado no Parque Nacional Duida-Marahuaka, em uma área protegida da Reserva de Biosfera Alto Orinoco. A mineração ilegal gera a contaminação, por mercúrio, dos rios e peixes que alimentam as comunidades indígenas do local [1].

Além disso, no último dia do ano, foi divulgado pela mídia venezuelana que relatórios climáticos de cinco organizações independentes, publicados ao longo de 2024, constataram que a Venezuela foi um dos países mais afetados pelo calor, pela seca severa e por doenças transmitidas por mosquitos. Cidades venezuelanas como Caracas, Barquisimeto, Valencia e Maracaibo experimentaram mais dias de calor provocados pelas mudanças climáticas. Além disso, monitoramentos por satélites realizados pela NASA mostraram que, no último trimestre de 2024, os rios da costa do estado Amazonas alcançaram níveis históricos mínimos, em decorrência da seca intensa e generalizada que assola essa parte da região amazônica da Venezuela [2].

Em um tema relacionado ao agravamento de secas, entre 2 e 13 de dezembro, ocorreu a 16ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (COP-16 – UNCCD), em Riad, na Arábia Saudita. A delegação da Venezuela foi composta pelo vice ministro de Serviço de Gestão do Ambiente do Ministério de Ecosocialismo, Hernán Toro; o embaixador na Arábia Saudita, David Velásquez; o coordenador nacional da UNCCD, Franklin Linares; a correspondente de Ciência e Tecnologia para a UNCCD, Saida Rivero; e a primeira secretária do Vice

Ministério de Temas Multilaterais de Ministério das Relações Exteriores, Fabiola Mendoza. Em suas intervenções, a Venezuela destacou a necessidade de aliar ações de combate à seca com oportunidades de financiamento, de modo alinhado à Sexta Transformação Ecológica do programa político do país para o período 2025-2031 [3].

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://www.elimpulso.com/2024/12/13/sos-orinoco-reporta-la-presencia-de-mineria-ilegal-en-el-rio-cunucunuma-de-amazonas-13dic/>  
[2] Disponível em: <https://efectococuyo.com/cambio-climatico/cinco-reportes-climaticos-de-2024-que-advierten-mas-calor-en-venezuela/>  
[3] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/politica/196638/venezuela-participa-en-la-conferencia-cop16-de-riad-en-arabia-saudita>

## **OTCA**

**Por Beatriz Bandeira de Mello**

Entre os dias 10 e 12 de dezembro, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) sediou o Primeiro Workshop Regional do Grupo Técnico de Trabalho da Rede Amazônica de Manejo Integral do Fogo (RAMIF) [1]. Reunindo especialistas dos oito países membros, o encontro discutiu o desenvolvimento de um protocolo operacional conjunto, além de um programa regional de capacitação e uma estratégia de comunicação para informar sobre os impactos do fogo na Amazônia.

O Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand, falou sobre a importância do trabalho coletivo na construção do modelo, enquanto o presidente da RAMIF e Embaixador do Equador no Brasil, Carlos Velástegui, apontou o aumento dos incêndios florestais em 2024, mostrando que houve um crescimento de 150% em relação ao ano anterior. Carlos Salinas, Coordenador de Meio Ambiente da OTCA, argumentou que a ação coordenada entre os países da região é a melhor solução no combate aos incêndios florestais causados pelo desmatamento e pelas secas extremas.

A primeira-secretária para o Desenvolvimento Sustentável e Florestas da Embaixada da Alemanha no Brasil, Franziska Tröger, elogiou a RAMIF e sinalizou a relevância da cooperação internacional para o projeto. Os resultados do workshop serão apresentados na próxima reunião da RAMIF, que ocorrerá no Equador, em 2025, e na COP 30, em Belém. O encontro é apoiado pelo projeto CoRAmazonia, cofinanciado pela

Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (DEZA, na sigla em alemão) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

### *Referências*

[1] Disponível em: <https://otca.org/pt/amazonia-em-acao-inicia-em-brasilia-a-primeira-reuniao-do-grupo-tecnico-da-ramif-2/>